

Justiça Eleitoral ganha mais destaque na campanha de 98

Enquanto não chega a hora oficial dos palanques, PT e PSDB acirram guerra de acusações contra os seus adversários

Tucanos vão questionar no TSE comícios que Lula fez em Petrolina. Petistas querem punição por entrevista do Presidente

PT e PSDB preparam uma batalha na Justiça Eleitoral. Advogados do PSDB começaram a redigir ontem uma representação contra o PT para apresentar na segunda-feira ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O motivo são os comícios feitos por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu candidato a vice, o ex-governador Leonel Brizola (PDT), em Petrolina (PE), na quinta-feira, antes da data estipulada pela Lei Eleitoral - 6 de julho. A reação petista foi preparar pedidos de processos alegando que o presidente Fernando Henrique Cardoso usou a máquina ao convocar entrevista coletiva na quarta-feira, além de associar a marca do programa Brasil em Ação a sua candidatura.

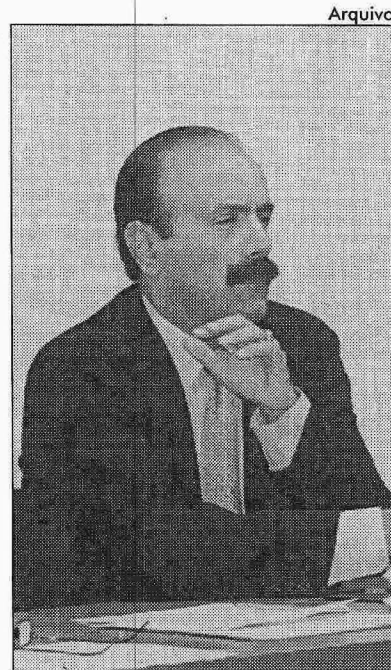
"Este ano vai ser um campeonato nacional de disputa judicial", previu o deputado federal e advogado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). "Tenho pena dos ministros e juízes eleitorais que vão trabalhar muito este ano." Na sua opinião, o aumento das demandas judiciais será consequência da reeleição para ocupantes de cargos execu-

tivos, que poderão concorrer sem se desincompatibilizar. "Como vão fazer campanha sem usar instrumentos públicos?", questionou. "Seria mais ético se pedissem licença". Ele também acredita que, nesta eleição, os advogados especializados em legislação eleitoral terão a mesma importância dos marqueteiros, que ganharam mais notoriedade nas disputas de 1996.

Rastreamento

O deputado federal Arnaldo Madeira (PSDB-SP) concorda que as demandas judiciais serão uma das tônicas desta campanha. "Com a reeleição, isso já era previsível." O comando da campanha do Governo já decidiu a primeira estratégia: rastrear os passos da oposição e responder aos ataques da nos tribunais com a mesma moeda, revelou outro membro do PSDB.

O Governo já conseguiu neutralizar a primeira ofensiva do PT, que entrou com pedido de ação acusando o Governo de distribuir verbas para conseguir adesões na convenção do PMDB, que decidiu o apoio à reeleição de Fernando Henrique.



GREENHALGH: disputa recorde

O TSE considerou que não havia provas suficientes para sustentar a acusação.

Segundo o advogado do PT, José Antônio Tofolli, a representação que acusa o Presidente de fazer uso da máquina ao convocar a coletiva nos jardins do Palácio da Alvorada será adicionada a um outro pedido de processo que já tramita no TSE. O PT quer reforçar a reclamação por Fernando Henrique ter utilizado rede nacional de TV, na semana passada, para explicar o uso da palavra "vagabundos" em relação aos que se aposentam com menos de 50 anos.

"As explicações em rede foram dadas para tentar beneficiar o candidato" avaliou Tofolli. No caso da coletiva, o advogado entende que o Presidente utilizou o direito que tem de convo-

cá-las para se autopromover. "O Presidente nunca dá entrevistas dessas proporções, de duas horas", queixou-se. "Ele aproveitou o momento de impopularidade e de queda nas pesquisas eleitorais, e a maioria das perguntas foi em torno de sua candidatura", observou.

Preocupação

Para Madeira, a coletiva foi convocada porque o País está preocupado com a situação no Nordeste por causa da seca. Ele lembrou que o Presidente também deu uma longa entrevista quando a crise asiática ameaçou a estabilidade da economia. "Ou eles acham que não vale dar entrevista quando a crise é nacional?", questionou.

"O direito do PSDB de entrar na Justiça é líquido e certo", reconhece o senador petista José Eduardo Dutra, referindo-se à representação dos tucanos contra os comícios. "Mas o que houve foi um ato a partir de um seminário organizado pela CUT e o que se deve discutir é quais são os instrumentos utilizados para isso", avaliou. "E o Presidente está usando cadeia nacional."

As sanções previstas para as denúncias feitas pelos dois partidos dependem da legislação em que as representações estejam baseadas. Segundo a assessoria do TSE, se os pedidos de processos tiverem como base a Lei Eleitoral, pode haver multa de 10 mil Ufirs, se as representações forem acatadas e julgadas procedentes. No caso de a referência ser a Lei Complementar 6.490, instrumento utilizado pelo PT, o castigo poderá ser a impugnação da candidatura.